

## Ata nº1

Aos dez dias do mês de Abril de dois mil e catorze, pelas dezassete horas, procedeu-se à instalação do Conselho Municipal de Educação seguido de reunião, conforme convocatória expressa previamente enviada a todos os conselheiros.

Todos os presentes assinaram o termo de presença, termo que, correspondendo à primeira reunião, serviu também como auto de posse.

Presidiu ao início dos trabalhos o Senhor Presidente da Câmara que agradeceu o contributo e a disponibilidade que representa a participação no Conselho, formulando votos de um excelente trabalho e dando nota de que a Vereadora da Educação passaria a exercer a presidência do órgão e a condução dos trabalhos.

Presidindo aos trabalhos a Presidente deu nota da existência de 2 pontos suplementares acrescentados à ordem de trabalhos e colocados pela representante dos docentes do ensino básico, Augusta Trigueiros, e da Segurança Social, Manuela Coutinho, rede escolar e Cursos PIEF respectivamente.

Passou-se de seguida à análise/discussão dos pontos constantes da Ordem de Trabalhos

**Regimento de funcionamento do Conselho** - procedeu-se à análise e discussão da proposta de regimento, documento de trabalho previamente enviado a todos os conselheiros.

Na discussão deste documento intervieram Augusta Trigueiros, representante dos docentes do ensino básico, que deu nota da necessidade de se criarem canais de comunicação com os pares que representa. Representante das IPSS, Júlio Viana informou que havia criado já um mecanismo de interação, e-mail, com as instituições que representa e que funcionou. Paulo Sousa, representante dos encarregados de educação considerou ser necessário criar mecanismos de comunicação interna e Maria da Fé, representante dos docentes do ensino secundário, referiu que havia consultado todas as escolas com ensino secundário.

Decidiu-se criar uma relação com os emails de todos os membros para que estes possam comunicar entre si.

Por consenso, procedeu-se a alterações na proposta tendo ficado decidido: que para efeitos de prazos se consideravam sempre dias seguidos; que as convocatórias seriam feitas com quinze dias podendo os membros solicitar até ao 10º dia a inclusão de algum ponto pelo que a convocatória final seria feita com oito dias de antecedência.

Depois destas alterações, o regimento foi aprovado por unanimidade.

**Balanço do arranque do ano pela DGEstE** - Não estando presente o Delegado Regional deste serviço regional do Ministério da Educação, foi decidido avançar para o ponto seguinte.

**Plano de Transportes Escolares 2014/2015.** O representante da autarquia, Manuel Isaías, procedeu a uma apresentação sintética do Plano, documento que previamente fora remetido a todos os conselheiros. Sobre este documento interveio Paulo Azevedo, representante das

associações de pais que manifestou as preocupações com a segurança no transporte em resultado do eventual incumprimento dos limites da lotação dos autocarros, questionando a existência de duas situações diferentes para o transporte de crianças, uma em que todos os alunos têm o seu banco e a outra onde os alunos muitas vezes têm que viajar de pé. Sobre esta matéria deram esclarecimentos a representante da Guarda Nacional Republicana que referiu a legislação que regula o transporte específico e exclusivo de crianças e a que regula o transporte de alunos em carreira pública. A Presidente do Conselho, Maria José Guerreiro, e Manuel Isaías esclareceram que a fiscalização está cometida às forças de segurança, considerando que essa fiscalização tem sido feita sempre que há queixas. O Representante das IPSS, Júlio Viana, solicitou que fosse considerado o transporte de utentes da APPACDM que estão nos centros ocupacionais. A Presidente solicitou que fosse feita a inventariação das situações daqueles que residindo no concelho que não usufruem de apoio no quadro do financiamento pela segurança social. A Representante da Segurança Social, Manuela Castro, referiu que o financiamento em geral das instituições que acolhem alunos com deficiência inclui transporte ressalvando poder haver utentes, que pela sua idade, possam já não ter este tipo de apoio. A representante dos docentes do ensino básico, Augusta Trigueiro, considerou que esta questão dos transportes escolares estava relacionada com a questão da rede escolar, matéria que havia solicitado que fosse incluída na Ordem de trabalhos e que se prendia com o encerramento da escola básica/jardim de infância de Portela de Suzã, com a deslocalização dos alunos/crianças para o Centro Escolar de Mujães. A docente comunicou que face ao baixo número de alunos, à necessidade de melhorar as condições de aprendizagem, com melhor constituição de turmas, bem como, à vontade manifestada por elementos da comunidade escolar, em integrar o Centro escolar de Mujães, seria de todo necessário promover o reordenamento da rede escolar. A Presidente do Conselho esclareceu que a matéria da rede escolar seria objecto de reunião a decorrer, dia 11, na DGEstE, referindo que do que lá fosse tratado seria dado nota ao CME.

Maria da Fé, representante dos docentes do ensino secundário, referiu ter auscultado as escolas com ensino secundário tendo dessa consulta resultado as seguintes preocupações: necessidade de uma maior articulação dos horários dos autocarros com os horários das escolas, colocada pela escola secundária de Santa Maria Maior; necessidade de manterem as regras de atribuição dos passes escolares, pela escola Básica e Secundária Pintor José de Brito. O representante da autarquia, Manuel Isaías, esclareceu que no quadro do Plano dos Transportes Escolares, todos os anos, em sede de reunião alargada com escolas e operadoras, é solicitada a maior atenção para esta matéria, sendo que esta preocupação que tem que estar sempre presente, quer durante a elaboração dos horários, quer no processo de constituição das turmas. Considerou que os princípios seguidos na atribuição de passes escolares se mantêm, sendo que há cada vez mais liberdade na escolha dos estabelecimentos por parte dos pais/encarregados de educação. Referiu que, pese a extensão da escolaridade obrigatória até ao décimo segundo ano, as famílias são obrigadas a assumir metade dos encargos do transporte dos alunos do ensino secundário com excepção daquelas que, por força de limitações económicas, que o município decidiu assumir a totalidade dos encargos. Colocado à votação, o Plano de Transportes Escolares para 2014/2015 foi aprovado por unanimidade.

**Auxílios económicos a alunos carenciados.** (documento previamente distribuído). A Presidente do Conselho fez uma introdução ao documento referindo haver em relação a anos anteriores uma adequação na definição das participações na educação pré-escolar, o preço da refeição

passa a estar relacionado com o escalão atribuído pela Segurança Social como acontece no primeiro ciclo do ensino básico. Na componente de apoio à família -prolongamento de horário mantém-se os 6 escalões de participação familiar, definidos no Despacho Nº 300/97. Deu nota da existência de situações socioeconómicas graves que afectam vários agregados familiares o que tem obrigado a um esforço acrescido por parte do município, no sentido de garantir respostas rápidas a situações sociais mais graves e urgentes. Deu nota do desfasamento temporal existente entre o sistema de definição de escalões, pela Segurança Social e a realidade vivida por várias famílias em resultado da crise. A representante da Segurança Social, Manuela Castro, referiu existir uma plataforma do MEC (programa PERA) onde são referenciados os alunos com situações de maior carência e que depois serão apoiados pelas escolas com reforço alimentar. A representante dos docentes do ensino básico, Augusta Trigueiros, referiu a frágil articulação existente entre os serviços da Segurança Social e as necessidades que se colocam às escolas. A presidente do Conselho, Maria José Guerreiro, solicitou aos representantes dos docentes uma atenção reforçada para as situações que se colocam no dia a dia das escolas. O Representantes dos pais, Gaspar Lousinha manifestou surpresa pelas afirmações da representante da Segurança Social sobre as resposta que são disponibilizadas e a sua eficácia temporal, considerando que estes serviços deviam revelar uma maior pró actividade no acompanhamento das famílias/alunos em crise. O Conselho considerou recomendar um reforço da articulação entre os serviços da Segurança Social e os agrupamentos de escolas, no sentido de se melhorarem as respostas na acção social escolar. O representante dos pais e encarregados de educação, Gaspar Lousinha, considerou essencial o acompanhamento do serviço de refeições nomeadamente dos seus profissionais, considerando ser essencial trabalhar as famílias. A Representante dos docentes do ensino básico, Augusta Trigueiros, referiu a necessidade de a Câmara reforçar a supervisão dos serviços: a presidente do conselho, Maria José Guerreiro, reiterou a disponibilidade da Câmara Municipal para melhorar os serviços e colaborar com o trabalho desenvolvido pelas escolas com as famílias.

Posto à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

Conforme solicitado, a representante da segurança social deu nota da oferta dos cursos PIEF e da especificidade dos mesmos. A presidente lançou a interrogação aos conselheiros sobre o porque da existência desta oferta em Darque apenas. Questão que motivou as intervenções de Augusta Trigueiros e da representante do ensino superior que consideraram respectivamente que esta oferta será sempre uma oferta discriminatória, que não previne os problemas antes responde.

**Outros assuntos.** A representante da educação pré-escolar deu nota dos problemas existentes resultantes da existência de horários diferenciados entre pessoal não docente do MEC e da autarquia; Augusta Trigueiros considerou ser necessário reforçar as sinergias para se responder melhor; Paulo Azevedo, representante dos pais, manifestou preocupação pela existência de coberturas de fibrocimento nos edifícios do 1ºciclo e nos demais. A presidente deu nota do plano municipal de substituição de coberturas nos edifícios do 1º ciclo (13) que se desenvolverá durante 4 anos, que implica um investimento de mais de 500.000€ e que se iniciará já em 2014, referindo que nos outros edifícios (EB23), essa responsabilidade é do MEC estando a Câmara disponível para colaborar: Referiu que o pessoal não docente do município tem um horário de

35 horas, por acordo colectivo celebrado com os sindicatos pelo que o regime das trinta e cinco e quarenta horas de trabalhos irão coexistir.

E nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a presente reunião de que para constar se lavrou a presente ata.

Viana do Castelo, dez de Abril de dois mil e catorze